



ATA DE REUNIÃO

Comitê de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas
e de Proteção ao Trabalho do Migrante

HORÁRIO	LOCAL	DATA
11h	Telepresencial pelo Google Meet	26/2/2026

Presentes:

- Desembargadora Coordenadora, Adriene Sidnei de Moura David;
- Juiz Titular da Vara do Trabalho de Registro, Rodrigo Adélio Abrahão Linares;
- Juíza Substituta fixada na circunscrição de Ribeirão Preto, Rosilene da Silva Nascimento;
- Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.

Ausências justificadas:

- Desembargadora Susana Graciela Santiso;
- Desembargadora Maria da Graça Bonança Barbosa;
- Desembargador Helio Grasselli;
- Desembargador Carlos Eduardo Oliveira Dias;
- Juiz Titular da Vara do Trabalho de Ituverava, Renato Cesar Trevisani.

Pauta/ Assuntos	1) Projetos do Comitê, conforme Edital do TST; 2) Evento do Comitê de 15 de maio de 2026; 3) Seminário de novembro de 2026; 4) Outros assuntos.
----------------------------	--

TÓPICOS DEBATIDOS / RESULTADOS

A Excelentíssima Desembargadora, Adriene Sidnei de Moura David, Coordenadora do Comitê de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todas e a todos pela participação, passando à análise da pauta anteriormente compartilhada.

Explicou que foi realizada outra reunião no dia anterior, pois parte do grupo tinha disponibilidade para aquela data.

1) Projetos do Comitê - PROAD 2771/2026: Edital para apresentação de projetos com vistas ao desenvolvimento de ações de enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante (Edital ASPRODEC nº4/2026).

O Comitê recebeu ciência de abertura de edital para apresentação de projetos com vistas ao desenvolvimento de ações de enfrentamento ao trabalho escravo, ao tráfico de pessoas e de proteção ao trabalho do migrante, com prazo até 12 de março. Será permitido o envio de até três projetos.

As professoras da Unicamp que colaboraram no Projeto Letramento para Migrantes, realizado por este Tribunal em 2025, sugeriram a elaboração de um aplicativo para informações de conteúdo de Direitos Humanos, assédio moral, assédio sexual, trabalho escravo, por meio de disponibilização de falas curtas para acesso por link.

Há um aluno mestrando com empresa de tecnologia aplicada em educação que poderia ser chamado a uma parceria.

A ideia é ofertar tradução em espanhol, árabe e inglês, além do português, a ser desenvolvida pelo Instituto de Linguística da Unicamp.

Ademais, poderiam ser inseridos links já existentes e públicos, como .gov.br etc, com canais de denúncia, dúvidas básicas sobre trabalho escravo e cuidados, devendo ser acessível para qualquer modelo de celular.

Para as falas do Tribunal, os links para gravações ficariam no Youtube.

Em reuniões para preparação do app, os alunos migrantes do projeto de 2025 participariam para ajudar a escolher as demandas.

Para essa proposta, o Comitê precisará pensar em nome, fazer a construção conjunta ao longo do ano e realizar o lançamento até novembro, dentro do prazo de execução e comprovação do projeto.

Outro projeto poderia ser fazer seminários em cinco Faculdades de Direito no estado de São Paulo, específico para os alunos e a comunidade local, como empresários, sindicatos, juízes. Na Unicamp, poderia ser desenvolvido no Instituto de Economia do Trabalho.

Dra. Rosilene ponderou o público e a forma para levar para dentro da universidade os migrantes e refugiados, além de população de rua, para aproximar os vitimizados. Como o objeto está dentro de proteção do trabalho do migrante, precisa resultar em acesso a eles.

Sobre o aplicativo, solicitou verificar se precisa de autorização para colocar links governamentais, mesmo que públicos. Sugeriu fazer uma reunião com mestrando para saber sobre documentação, direitos de criação e uso, preços da empresa, como demais questões operacionais.

Propôs, ainda, um terceiro projeto: trabalho com CRAS e CREAS que recebem migrantes, para pensar em cursos curtos, rodas de conversa, treinamentos, em Campinas e em cidades onde há mais problemas com tráfico de pessoas, aproximando-se da comunidade e das pessoas que tratam sobre o tema. Dra. Adriene acrescentou que poderiam ser quatro encontros, convidando Defensoria Pública, Rede de Combate ao Trabalho Escravo e Comitê Estadual do PopRua.

Dr. Rodrigo opinou que as propostas precisam definir o público, para divulgar o trabalho do Comitê e estender para outras faculdades além do Direito, para envolver mais a sociedade. Opinou por incentivar pesquisadores novos, pensar em edital e premiação para apresentar pesquisas sobre escravização em diferentes ramos da economia.

Resultados: O Comitê irá preparar o texto dos projetos, bem como fará nova reunião para alinhamento final, a ser agendada para o começo de março.

2) Evento do Comitê de 15 de maio de 2026:

O Excelentíssimo Desembargador João Batista Martins César convidou alguns Colegiados Temáticos para organização de evento em Aparecida, por ocasião dos 40 anos da Encíclica *Rerum novarum*, em 15 de maio de 2026, cada um apresentando um palestrante.

com parceria entre o Trabalho Seguro, Equidade, Trabalho Infantil e Trabalho Escravo,

Haverá participação do Excelentíssimo Ministro Cláudio Brandão, da Excelentíssima Juíza aposentada Eliana Nogueira, assim como convite à Excelentíssima Ministra Liana Chaib e

contato com Secretaria de Educação, Diretoria de Ensino etc.

Outra ideia será solicitar apoio da Presidência para transporte ou deslocamento.

Resultados: Apresentada a proposta, foi aprovada a participação conjunta do Comitê de Combate ao Trabalho Escravo e ao Tráfico de Pessoas e de Proteção ao Trabalho do Migrante no evento com o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil e de Estímulo à Aprendizagem, Comitê Regional do Trabalho Seguro e Subcomitê de Equidade e Combate à Discriminação.

3) Seminário de novembro de 2026 sobre tráfico de pessoas:

Dra. Rosilene relatou que estuda impactos da inteligência artificial em populações vulneráveis, transitando por discriminação, acesso a bens e serviços e tráfico de pessoas.

Dra. Adriene pontuou que poderia haver uma ampliação para o projeto dos seminários nas universidades, com mesa com área jurídica, área acadêmica e Polícia Federal.

Além disso, fazer em parceria com o Comitê de Erradicação do Trabalho Infantil, pela precarização do trabalho e vulnerabilidade de adultos e também de filhos dos imigrantes, de crianças e de jovens.

Para o seminário de novembro, podem ser convidadas pessoas que contem histórias e experiências reais, dando testemunhos.

Dra Rosilene propôs pensar em um edital para artigo sobre trabalho escravo e tráfico de pessoas, com premiação neste evento de novembro, a ser definido pelo Comitê posteriormente.

Os finalistas poderiam ser convidados a apresentar um painel, ou neste evento ou em outro evento online transmitido pelo Youtube, multidisciplinar, em formato de roda de debate, com CRAS e CREAS, cursos de Assistência Social e Psicologia. O edital seria para discentes de universidades públicas e privadas, com pesquisas em andamento ou concluídas, o que pode ser inserido no projeto a ser apresentado para o TST em 2026. Se não for aprovado para o TST, estende ao seminário de novembro do Comitê com a Escola Judicial, em formato de

palestras de manhã e oficinas à tarde.

Resultados: O Comitê voltará a discutir o assunto nas próximas reuniões.

4) Outros assuntos:

Dra. Adriene propôs elaborar um livro, com todos os magistrados do Comitê como coordenadores e convite para que outras pessoas enviem artigos, como palestrantes que já participaram dos seminários deste Colegiado e eventual convite direto dos membros do Comitê, a depender da quantidade de páginas pretendida para o livro. Irá verificar custos.

Dra. Rosilene sugeriu redigir as normas e a formatação para elaboração dos textos. Poderá ser solicitado apoio da Coordenadoria de Comunicação Social. Além disso, o Comitê precisará estabelecer prazo prévio para entrega dos artigos, com tempo para leitura e aprovação do Comitê (sem acesso inicial aos nomes dos autores) e de editoração.

Ao final do livro, podem ser inseridas páginas finais para depoimentos curtos, disponíveis em QRCode.

Resultados: O Comitê voltará a debater o assunto depois da entrega dos projetos ao TST e da reunião prévia da Coordenadora com editoras, em futura reunião deste Colegiado.

Nada mais a tratar, a Excelentíssima Desembargadora Coordenadora, Adriene Sidnei de Moura David, agradeceu a presença de todas e todos e encerrou a reunião às 12h19. Próxima reunião a ser agendada para a semana seguinte, para tratar da ordem de preferência dos projetos a serem enviados ao Tribunal Superior do Trabalho.

Ata preparada por:	Patricia Luchi Pesce (Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em:	26/2/2026
Ata aprovada por:	Desembargadora Coordenadora, Adriene Sidnei de Moura David	Em:	6/3/2026